



Debate mostra falta de consenso sobre regulação da maconha

Em audiência pública, senador Cristovam Buarque diz ser preciso continuar discutindo a questão, que pode virar projeto de lei até o fim do ano

Novo debate sobre a regulação do uso medicinal e recreativo da maconha, realizado ontem, revelou que ainda falta muito para um entendimento sobre o tema. O coronel Jorge da Silva, ex-chefe do Estado Maior da PM do Rio de Janeiro, defendeu um modelo que priorize a prevenção em vez

da proibição total à droga. No entanto, representantes de entidades que acompanharam a discussão na CDH protestaram contra mudanças na legislação. A comissão aguarda relatório do senador Cristovam Buarque para decidir se uma sugestão popular que visa regulamentar o uso da maconha vai virar projeto de lei. **3**

Coronel Jorge da Silva, senador Cristovam e representante da ONU Nívio Nascimento, na CDH



Edilson Rodrigues/Agência Senado



A Companhia Docas do Rio de Janeiro será uma das beneficiadas com o projeto em exame na Comissão Mista de Orçamento

Portos podem ter extra de R\$ 333,2 milhões

A Comissão Mista de Orçamento pode votar no próximo esforço concentrado projeto de lei do Congresso Nacional que destina recursos de R\$ 333,2 milhões para a Secretaria de Portos. Do total, R\$ 108,5 milhões serão para a Companhia Docas de São Paulo; R\$ 43,2 milhões para a Companhia Docas do Rio Grande

do Norte; R\$ 174,6 milhões para a Companhia Docas do Rio de Janeiro; e R\$ 6,95 milhões para a Companhia Docas do Espírito Santo. Os recursos, conforme o Executivo, serão destinados ao aumento da participação da União no capital dessas companhias e servirão para reforço de suas dotações. **4**

CPMI da Petrobras ouve Nestor Cerveró amanhã 2

Comissão recebe emendas sobre o Araguaia até quarta 4

Polícia Rodoviária deve ganhar novas funções 4

Acordo permitirá que Senado plante mudas do Cerrado

Parceria para a produção, pelo Senado, de mudas ornamentais e arbóreas nativas do Cerrado foi fechada ontem com a diretoria da Embrapa Cerrados.

A ideia é utilizar a infraestrutura do vi-

veiro do Senado, que já produz uma variedade de plantas ornamentais de médio e pequeno porte usadas em solenidades e nas dependências do Congresso, para produzir mudas da região. **2**

Senado Federal

Economia | Transparência | Fortalecimento do Legislativo

Comissão Diretora | Biênio 2013 - 2014

Saiba mais em:
<http://bit.ly/1nv6Zig>

SENADO FEDERAL



Marco Antonio Maurício/DGER



Andréa Bakaj (E), Maria Inês Nepomuceno, José Roberto Peres e Deomar Rosado conversam no viveiro do Senado

Senado e Embrapa Cerrados vão produzir mudas nativas

O acordo firmado entre as duas instituições viabilizará a produção no viveiro de mudas do Senado de algumas espécies típicas do Cerrado, como flores, arbustos e gramíneas usadas em ornamentação

O CHEFE-GERAL DA Embrapa Cerrados, José Roberto Rodrigues Peres, deu sinal verde a um acordo para a produção pelo Senado de mudas ornamentais e arbóreas nativas do Cerrado. O aval foi dado em reunião na semana passada.

— Recebo a proposta com enorme alegria e não vejo a menor dificuldade em fechar essa parceria — disse Peres.

A ideia é utilizar a infraestrutura do viveiro do Senado, que já produz uma variedade

de mudas de plantas ornamentais de pequeno e médio porte usadas em solenidades e nas dependências do Congresso.

— Vamos selecionar algumas espécies de flores, arbustos, gramíneas e herbáceas que, através de processos tradicionais de manejo, possam mais facilmente se adaptar a outros ambientes, pois possuem características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem — explicou Geovane

Andrade, supervisor de Viveiros da Embrapa Cerrados.

Além de reforçar a política socioambiental do Senado, a parceria deve garantir redução de gastos, já que diminuirá a necessidade de compra de flores e plantas.

— A parceria também vai reforçar nossa política de educação ambiental, pois será mais um elemento para a visita de escolas e do público em geral — disse Deomar Rosado, do Programa Senado Verde.

Aberta exposição de fotos sobre a juventude do Mali

Foi aberta ontem a exposição *Vento de Terras Distantes*, um conjunto de 50 fotografias que têm como tema a juventude do Mali, país do oeste da África. A mostra permanecerá na Senado Galeria e no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, no Anexo 1 do Senado, até o dia 22.

Com seu trabalho, a fotógrafa italiana Sonia Fattori mostra a vida de jovens ou crianças em atividades diárias, como jogos de futebol, escola ou trabalho. Algumas imagens detalham curiosidades da vida doméstica no Mali, como os galhos de árvores usados como varais de roupas. Numa parte da mostra, há folhas com desenhos feitos pelas próprias crianças.

Também faz parte da exposição um vídeo em que se compara a vida escolar do norte da Itália com a de Bamako, capital do Mali.

A fotógrafa Sonia Fattori é fundadora e participante de uma ONG que faz intercâmbio e trabalho humanitário no Mali e em Burkina Fasso.



A fotógrafa italiana Sonia Fattori (D) comenta seu trabalho com Cristovam Buarque na abertura da mostra

Senadores e deputados devem ouvir Nestor Cerveró amanhã

A CPI Mista da Petrobras vai ouvir amanhã o ex-diretor da área internacional da estatal Nestor Cerveró, autor do documento em que se baseou a aprovação da compra de Pasadena (EUA).

Em depoimento à CPI exclusiva do Senado, em maio, Cerveró negou ter ocultado informações do Conselho de Administração da Petrobras. Além disso, segundo ele, a compra se justificava devido à estratégia da empresa à época de expansão no exterior. Por isso, o ex-diretor isentou de responsabilidade o conselho,

então presidido por Dilma Rousseff.

O depoimento de Cerveró à CPI do Senado é um dos que teriam integrado um esquema de “combinação” de perguntas de acordo com denúncia da revista *Veja*. As audiências com a atual presidente da Petrobras, Graça Foster, e o ex-presidente Sergio Gabrielli também estão sob suspeita.

Diante da denúncia, opositoristas pediram a anulação dos depoimentos e até a suspensão dos trabalhos da CPI do Senado.

CPI da Petrobras terá reunião para apreciar pedidos de informações

A CPI da Petrobras exclusiva do Senado reúne-se amanhã para apreciar seis requerimentos que solicitam cópias de documentos a órgãos públicos. A maioria dos pedidos é do relator, José Pimentel (PT-CE).

Três dos pedidos são de dados relacionados à compra de Pasadena (EUA). Foram as denúncias de irregularidades na compra dessa refinaria que motivaram a criação da CPI.

Um dos requerimentos é para que o Tribunal de Contas

da União (TCU) envie cópia de auditorias, tomadas de contas e processos relativos à segurança nas plataformas. O mesmo pedido será feito à Controladoria-Geral da União se outro requerimento for aprovado.

Também há pedido para que a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro forneça cópias do relatório final e documentos das comissões que investigaram o acidente na plataforma P-36.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos
14h Sessão ordinária não deliberativa.

PRESIDÊNCIA Congresso da Abrasel
19h45 Abertura no Royal Tulip Alvorada.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

CORREÇÃO

Na matéria “Relator nega proposta de intervenção no futebol”, na página 3 da edição de ontem, no último parágrafo, o projeto a que o presidente da Câmara se refere é o PL 5.201/2013, e não o PLS 221/2014, como apresentado no texto.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
Magno Malta, Jayme Campos,
João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Em audiência na CDH, coronel da PM defende modelo que priorize a prevenção em vez da proibição, enquanto entidades se mostram contrárias a qualquer mudança na lei

Debate sobre regulamentação do uso da maconha divide opiniões

A REGULAMENTAÇÃO DA produção, do comércio e do uso da maconha pode ajudar a reduzir a violência associada ao tráfico de drogas? A questão levantada por Cristovam Buarque (PDT-DF) foi um dos pontos centrais de debate ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Relator da sugestão popular para regulamentação do uso medicinal e recreativo da maconha (SUG 8/2014), Cristovam disse que recebeu muitas críticas por colocar o assunto em debate, mas argumentou que “é um crime” fechar os olhos para o problema. A comissão aguarda a opinião do senador para decidir se a proposta vai virar projeto de lei.

— O Brasil está perdendo a guerra contra as drogas. Temos que procurar outro caminho para enfrentar essa guerra. Ou regulamentando, não para permitir o uso, mas para resolver o problema, ou criando novos mecanismos que, sem regulamentar, façam com que a gente consiga ganhar.

O coronel Jorge da Silva, ex-chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro, concordou com o senador. Ele disse que, embora já tenha sido favorável à prisão de usuários e à proibição total das drogas, os índices de violência demons-



Na plateia da CDH, entidades protestam contra sugestão popular que pode virar projeto de lei regulamentando uso da droga

tram que o atual modelo não deu resultados.

— Esse modelo, em vez de cumprir a sua finalidade, que é proteger a juventude, massacra a juventude — afirmou o coronel, ressaltando que os mais pobres são as principais vítimas da violência que envolve traficantes e policiais.

Segundo Nívio Nascimento, da Unidade de Estado de Direito do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, faltam evidências sobre os efeitos da regulamentação no nível de consumo ou na redução da violência.

— Durante anos, as políticas de drogas se centraram na

redução da oferta por meio de ações de repressão ao uso, porte e tráfico. Erros ocorreram, mas também acertos. O fato é que ficou em segundo plano a redução da demanda, que se traduz em ações destinadas a educação, tratamento e reintegração social de usuários e dependentes — disse.

Nascimento defendeu equilíbrio entre ações destinadas a reduzir a oferta e a demanda.

Durante o debate com quem acompanhava a audiência na plateia, houve manifestações contrárias à regulamentação. Segundo Rossana Brasil, presidente da Comissão de Políticas Públicas sobre Drogas da OAB-

-CE, o uso de entorpecentes é uma doença que leva à cadeia ou ao cemitério.

Nazareno Feitosa, da Federação Espírita do Distrito Federal, questionou benefícios da maconha para uso terapêutico. Para ele, a legalização também não reduz a violência. O ex-deputado federal Luiz Bassuma disse que o Brasil não pode servir como laboratório para a questão.

Em resposta às críticas à regulamentação, o coronel Jorge da Silva disse que é preciso evitar maniqueísmos e apostar em um modelo que pautar a prevenção em vez da proibição.

Para Cristovam, arquivamento está descartado

Após a audiência, Cristovam Buarque disse que não recomendará o arquivamento da sugestão popular (SUG 8/2014).

— Há muitos caminhos. Tem o caminho, por exemplo, de deixar a decisão para um plebiscito. Espero ter uma proposta até o fim do ano. Pelo arquivamento, não será.

O senador foi categórico em afastar qualquer hipótese de paralisar a discussão. A apresentação do parecer dele deve ocorrer após a realização de mais audiências públicas.

Para Cristovam, o ponto alto do debate ontem foi o momento em que o coronel Jorge da Silva disse que é preciso decidir se queremos “afastar a droga dos jovens ou os jovens das drogas”.

— Afastar a droga dos jovens é criar uma barreira proibindo que a droga chegue a eles. Afastar os jovens da droga é educá-los tanto que eles não procurem a droga — refletiu Cristovam.

A SUG 8/2014 foi apresentada por meio do Portal e-Cidadania. A proposta recebeu mais de 20 mil apoios.

Pai conta que remédio melhora saúde da filha

O pai de uma menina com síndrome de Dravet — doença que provoca convulsões e pode ser fatal — defendeu, na audiência, o uso medicinal da droga. Fábio Carvalho disse que, desde os 5 meses de idade, sua filha Clárian tem convulsões e já foi internada 17 vezes, 11 delas em UTIs.

— Num primeiro momento, eu, como a maioria dos pais, trouxe de forma ilegal a seringinha dos Estados Unidos. Eu não teria condições de dar continuidade a esse tratamento porque sai muito caro.

Fábio contou que cada seringa custa US\$ 500 e Clárian precisava de três por mês. Se

fosse trazer de forma legal, cumprindo as exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o custo mensal seria de R\$ 8.700. Então, Fábio conseguiu com um amigo o óleo da maconha, conhecido como CBD (canabidiol), e tem dado cinco gotas para Clárian por dia.

— Minha filha começou a ganhar qualidade de vida. Ela ficava sentada, em frente à televisão, não tinha ânimo para nada. Hoje ela anda pela casa, brinca com o cachorro da vizinha, dança. O olhar dela mudou. Na escola, ela começou a copiar as palavras da lousa, coisa que ela não fazia.

Uso medicinal tem maioria entre os que defendem legalização

Durante a audiência, Cristovam Buarque leu uma série de manifestações enviadas por meio do Portal e-Cidadania.

A internauta identificada como Juliana F. escreveu: “Sou contra a liberação! Estudos sólidos mostram seus danos. Temos que pensar nas crianças e nos jovens que poderão fazer usos desta substância e parar com este egoísmo de querer propagar um lazer que faz mal à saú-

de individual e de possíveis usuários”.

Johann P. relatou que tem câncer e usa maconha para minimizar os efeitos da quimioterapia: “Seus bens são tão grandes que já passou da hora de se regulamentar o uso. Fora os danos causados pela ineficiente guerra às drogas! Legalize já para todos os fins”, defendeu.

Uma pesquisa do DataSenado, realizada nos dias 6 e 7 de junho, indicou apoio de

apenas 9% dos entrevistados à legalização da maconha para qualquer fim. Já a permissão restrita ao uso medicinal da droga é defendida por 48%. A proibição total, como ocorre hoje, é apoiada por 42%. Os dados mostram que o debate precisa ir além da ciência e abranger a questão moral e social. Muitos acreditam que flexibilizar a legislação pode estimular o vício, afetando a segurança e a saúde pública. A grande

maioria (82%) concorda que a maconha leva o usuário a experimentar drogas mais pesadas.

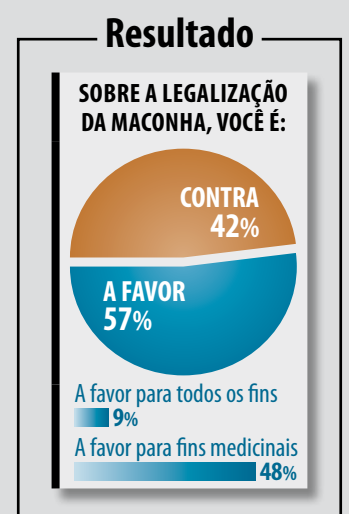
Entre os que declaram ter alguma crença ou religião, o percentual contrário à legalização é maior: 55% dos que se declararam evangélicos são contra a legalização. A pesquisa foi feita com 1.106 pessoas de 16 anos ou mais, em todos os estados, e a margem de erro é de três pontos percentuais.

Saiba mais

Leia a íntegra da sugestão que pode virar projeto de lei <http://bit.ly/sugestao8>

Confira os detalhes sobre a pesquisa do DataSenado <http://bit.ly/pesquisaMaconha>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Crédito suplementar, no montante de R\$ 333,2 milhões, aguarda votação na Comissão de Orçamento. Desse total, o maior valor, R\$ 174,6 milhões, será destinado à Companhia Docas do Rio de Janeiro

Projeto destina recursos extras para portos da União

AGUARDA VOTAÇÃO NA Comissão Mista de Orçamento (CMO) o projeto de lei do Congresso Nacional (PLN 6/2014) que abre crédito suplementar no valor de R\$ 333,2 milhões em favor da Secretaria de Portos. A proposta aguarda parecer do relator, o deputado Beto Faro (PT-PA).

O montante será assim dividido: R\$ 108,5 milhões para a Companhia Docas de São Paulo; R\$ 43,2 milhões para a Companhia Docas do Rio Grande do Norte; R\$ 174,6 milhões para a Companhia Docas do Rio de Janeiro e R\$ 6,95 milhões para a Companhia Docas do Espírito Santo.

De acordo com o Executivo, os recursos foram direcionados como aumento da participação da União no capital dessas companhias e servirão para “reforçar dotações de seus

respectivos programas de trabalho, de forma a assegurar a realização de despesas imprescindíveis de capital no corrente exercício”.

As chamadas companhias docas são vinculadas ao governo federal por meio da Secretaria de Portos para gestão dos portos vinculados à União. Além dessas quatro companhias, também integram a secretaria as Companhias Docas do Pará, Bahia e Ceará.

Todas são sociedades de economia mista, ou seja, a União é a acionista majoritária, mas também contam com acionistas privados. Existem hoje 34 portos públicos marítimos sob a gestão da Secretaria de Portos, 18 deles administrados diretamente pelas companhias docas.

Previstos pela Constituição e definidos na Lei 4.320/1964, os

créditos adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) são um instrumento usado pelo governo para alterar o orçamento vigente e atender as necessidades dos órgãos da administração pública.

Os créditos suplementares são destinados ao reforço de dotação que já consta no Orçamento. O crédito especial, por sua vez, é destinado a despesa para a qual não haja dotação orçamentária específica. Ambos tramitam na forma de PLNs. Já os créditos extraordinários são destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública, e tramitam como medidas provisórias.

Após ser votado na CMO, o PLN 6/2014 será apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional.

Papiloscopistas devem ser incluídos, em lei, entre os peritos oficiais

Está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que inclui os papiloscopistas entre os peritos oficiais (PLC 78/2014). A proposta altera o artigo 5º da Lei 12.030/2009, que atualmente classifica como peritos oficiais apenas os peritos criminais, médicos-legistas e odontologistas.

O autor do projeto, deputado Luciano Castro (PR-RR), afirma que a intenção é criar a figura do perito papiloscopista, em substituição ao termo papiloscopista policial. Para o deputado, além do “status pessoal e funcional mais significativo” a ser atribuído a esses profissionais, a mudança “rearticula institucionalmente esse segmento de crucial importância no terreno das polícias periciais”.

O texto recebeu parecer

favorável da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), para quem a Lei 12.030 falhou ao não incluir entre os peritos oficiais os peritos em papiloscopia, “dando margem a questionamentos dos laudos dessa que é uma das atividades periciais mais antigas no Brasil e no mundo, fundamental para a elucidação de crimes e identificação de vítimas”.

A senadora destaca ainda o papel dos papiloscopistas na investigação de casos como o do assalto ao Banco Central no Ceará, em 2008, e o incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), no ano passado. Em 2013, o Congresso aprovou a classificação dos papiloscopistas como peritos oficiais. No entanto, o PLS 244/2009, da ex-senadora Ideli Salvatti, foi vetado integralmente pela Presidência.

Proposta que trata da preservação do Rio Araguaia aguarda emendas

Até amanhã poderão ser apresentadas, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), emendas ao PLS 248/2014, que estabelece regras para a preservação da calha principal e do curso natural do Rio Araguaia. A proposta será examinada terminativamente.

De autoria de Kátia Abreu (PMDB-TO), o projeto proíbe a construção de qualquer tipo de barragem, eclusa, comporta ou derrocamento nos pedrais e trechos de corredeiras ou alargamento de canais que altere o curso natural ou a calha principal do rio.

Os infratores estarão sujeitos às penas de advertência; embargo provisório ou definitivo do empreendimento; destruição ou desativação da obra; e multa, simples ou diá-

ria, proporcional à gravidade da infração, que varia de R\$ 10 mil a R\$ 200 mil.

Na justificativa, a senadora argumenta que a construção de barragens no Araguaia, principalmente pela característica de rio de planície, impactaria drasticamente a fauna e a flora da região, que dependem dos varjões, lagoas e matas para reprodução, locomoção e sobrevivência.

Kátia Abreu observa que, embora com minguado potencial hidráulico para geração de energia, dois projetos de construção de usinas no Araguaia arrastam-se há quase duas décadas, já tendo sido considerados inviáveis pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).



Equipamentos para os terminais de contêineres do Porto do Rio: companhia docas do estado vai receber R\$ 43,2 milhões

Comissão pode aprovar funções para a Polícia Rodoviária

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode aprovar, no próximo esforço concentrado, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 72/2014, que cria 969 funções gratificadas no Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF). A proposta cria ainda 384 funções de confiança e 5 cargos em comissão. Seus ocupantes deverão exercer atividades de direção, chefia e assessoramento e serem titulares de cargos efetivos dentro do próprio órgão.

De iniciativa do Poder Executivo, a proposta recebeu parecer pela aprovação do relator, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). Além da remuneração do cargo efetivo ocupado,

quem exercer uma dessas funções comissionadas terá direito a um adicional, que não será incorporado à remuneração do cargo efetivo nem vai integrar os proventos de aposentadoria.

Profissionalização

Ao analisar o mérito da matéria, Vital apontou como tendência no governo federal criar funções comissionadas de exercício privativo de integrantes das carreiras do próprio órgão. A medida dirigida agora ao DPRF já foi adotada, conforme ressaltou, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

— A criação de funções com essas características favorece, como observado na exposição de motivos que acompanha o projeto, a profissionalização no serviço público — comentou o relator.

As funções de confiança estão distribuídas por quatro níveis, devendo a maior ser fixada em R\$ 5.132,83 e a menor, em R\$ 1.336,71 a partir de janeiro de 2015. Ao mesmo tempo em que cria 969 funções gratificadas e 5 cargos em comissão, o PLC 72/2014

extingue 6 funções gratificadas e 53 cargos em comissão.

Ainda de acordo com a exposição de motivos da proposta, a iniciativa pretende não apenas profissionalizar e qualificar a gestão de instituições públicas, mas também promover uma reestruturação no quadro de pessoal do DPRF. Segundo dados do Ministério do Planejamento, mais de 4 mil servidores ingressaram no órgão por concurso público nos últimos dez anos.

Depois de passar pela CCJ, o PLC 72/2014 seguirá para votação no Plenário do Senado. Se não houver mudanças no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, vai à sanção.